

Artigo

Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: Conflitos e resistências

Márcia Aparecida da Silva Pimentel

191

Resumo

Este artigo trata do debate sobre as comunidades tradicionais em Reservas Extrativistas Marinhas do Estado do Pará. Inicialmente, contextualizam-se os argumentos para implantação das Áreas Protegidas e inclusão das comunidades locais, como promotoras da biodiversidade. Parte-se de documentos assinados em âmbito dos marcos legais internacionais, especialmente decorrentes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992. Argumenta-se que a questão ambiental centrada na conservação da biodiversidade e sustentabilidade perpassa pela discussão do conhecimento tradicional e formas de manejo dos recursos e organização de territórios/maretórios. Fatores de pressões externas e fragilidades internas são mobilizados para questionar as formas de tensão sobre a organização e participação comunitárias. Inclui-se a necessidade do diálogo entre saberes, perspectiva pontuada nos campos da Geografia e da Ecologia Política. Para elucidar, apresenta-se a Resex Marinha de São João da Ponta e seu desafio em relação à participação comunitária na gestão da unidade ou em diferentes escalas de organização dos povos extrativistas.

Palavras-chave: Comunidades; Territórios; Reserva Extrativista; Conflitos.

Traditional communities in marine extractive reserves in the state of Pará (Brazil): Conflicts and resistance

Abstract

This paper discusses the role of traditional communities in a Marine Extractive Reserve (Resex) in the state of Pará, northern Brazil. Firstly, the implementation of Protected Areas including local communities are contextualized as strategies to promote biodiversity, as documented by international legal policies, particularly after the Conference of the United Nations for the Environment and Development in 1992. The environmental agenda focused on the conservation and sustainability of biodiversity encompasses the traditional knowledge, management of natural resources and delimitation of protected areas. Pressures from the outside and internal fragilities are pointed out to discuss the conflicts about the organization and participation of local communities in this debate. The paper further stresses the importance of various types of knowledge, interconnected under the perspective of geography and political ecology. To exemplify this viewpoint, we present the challenges related to an increasing role of communities in the environmental management and the organization of extractive groups in the Marine Extractive Reserve of São João da Ponta, in the state of Pará.

Keywords: Communities; Territory; Extractive Reserve; Conflicts.

Comunidades tradicionales en reservas extractivas en el estado de Pará (Brasil): Conflictos y resistencias

Resumen

Este artículo trata del debate sobre las comunidades tradicionales en Reservas Extractivas Marinas (Resex) en el estado de Pará, Brasil. La propuesta ofrece un contexto para la implantación de Áreas Protegidas y la inclusión de comunidades locales como promotoras de la biodiversidad, a partir de los documentos firmados en el ámbito de los marcos legales internacionales, especialmente los provenientes de la Conferencia de Las Naciones Unidas para el Medio Ambiente y Desarrollo en 1992. Argumentase que la problemática ambiental, centrada en la conservación de la biodiversidad y sostenibilidad, atraviesa por la discusión del conocimiento tradicional, formas de gestión de los recursos y la organización del territorio/“maretorio”. Los factores de presiones externas y fragilidades internas son presentados para cuestionar las formas de tensión sobre la organización y participación comunitarias. Es incluida la necesidad de dialogo entre los saberes, perspectiva presente en los campos de la Geografía y la Ecología Política. Para elucidar, se presenta la Resex Marina de São João da Ponta y sus desafíos en relación a la participación comunitaria, en la gestión de la misma o en diferentes escalas de organización de los pueblos extractivistas.

Palabras-clave: Comunidades; Territorios; Reservas Extractivas; Conflictos.

Introdução

Há muito para se discutir sobre as territorialidades das comunidades locais e as áreas protegidas. Em meio às diferentes abordagens, este artigo se propõe a pensar sobre a participação de comunidades tradicionais na gestão das Reservas Extrativistas Marinhas no Estado do Pará. A reflexão ocorre a partir da experiência da autora na Resex de São João da Ponta, local onde realiza atividades de pesquisa e extensão desde o ano de 2010.

Com base nos pressupostos teóricos da Geografia e da Ecologia política, esta última definida por Martínez-Allier (2012) como o estudo dos conflitos ecológicos distributivos, buscou-se a fundamentação para a discussão apresentada, sobretudo porque se considera fundamental a inclusão dos saberes locais na gestão ambiental. Obviamente, essa não é uma causa simples: a participação das comunidades tradicionais na gestão dos recursos naturais tem se apresentado, de maneira geral, como uma formalidade induzida por força de um instrumento legal. Mostram-se como formalismo, obrigação e, ainda, como observa Souza (2006), “sob tutela”, mecanismos que conduzem à fragilização do processo de participação democrática. É importante observar que, depois do movimento de luta pela conquista do território da Resex, a qual, na zona costeira paraense tem quase vinte anos, vem-se acenando uma desmobilização gradativa originada por divergências políticas locais sustentadas pelos interesses regionais e internacionais do capital.

Escobar (2010), em suas pesquisas sobre comunidades afrodescendentes e indígenas na Colômbia, observa que o estudo dos processos locais e regionais deve ser realizado por meio de perspectivas multidimensionais (econômica, ecológica e cultural). Essa abordagem fornece a compreensão de que as políticas locais estão relacionadas ao processo de globalização que torna o conhecimento (saberes e práticas) local subalterno à ciência de “globalidade eurocêntrica” (p. 21). O autor também mostra a importância do ativismo das comunidades locais contra a destruição ambiental e pelo acesso e controle sobre os recursos naturais que são fonte de sua existência.

Com base nessa discussão, este artigo foi estruturado em três seções: a primeira apresenta os marcos legais internacionais das questões ambientais e seus rebatimentos em escala local; a segunda trata do tema da territorialidade e da sustentabilidade compreendidas sob a ótica das comunidades tradicionais; e a última parte foca no desafio da gestão participativa em Reservas Extrativistas.

1. Do debate internacional sobre conservação da biodiversidade à criação de políticas de gestão ambiental local

Os anos 90 reforçaram a relação entre a sustentabilidade e o desenvolvimento. Este foi o tema central da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Dessa reunião originou-se a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), documento ratificado em 1998 no Brasil¹ cujos objetivos são: a conservação da diversidade biológica; a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. O debate evidenciou a importância das comunidades locais indígenas e não indígenas na conservação da biodiversidade; concepção já defendida pelo movimento social, instituições não governamentais e pesquisadores em favor dos direitos desses grupos de permanecer nos seus territórios.

A despeito das lacunas que ainda existem sobre o processo de repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização da biodiversidade (SANTILLI, 2015), a CDB é o principal documento internacional para promover a conservação da biodiversidade com autonomia dos Estados sobre os seus recursos genéticos.

Como desdobramentos da primeira reunião, vieram as Conferências das Partes (COP). Somam-se, atualmente, 14 grandes encontros, o primeiro ocorrido em 1994 nas

¹ Decreto Presidencial nº 2.519.

Bahamas (COP1), e o mais recente no Egito em 2018 (COP14). Esses eventos reúnem instituições governamentais, representantes de movimentos sociais, organizações acadêmicas, entre outros grupos sociais. Os conceitos-chave que permeiam as reuniões - biodiversidade, sustentabilidade, patrimônio genético, saberes locais - avançaram nos debates acadêmicos, nas associações de comunidades, mas também no setor empresarial que, evidentemente, encontrou um nicho de mercado e lucro.

Na COP 10, no Japão, foi assinado o Protocolo de Nagoya, sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes. Também em Nagoya foi aprovado o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período de 2011 até 2020, que ficou conhecido como Metas de Aichi. As metas estão organizadas em cinco objetivos, sendo que um deles busca aumentar a implantação da “gestão de conhecimento e capacitação, por meio de planejamento participativo”. Dentre as 20 metas apresentadas, destaca-se, para esse contexto, a Meta 18:

Até 2020, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais relevantes à conservação e uso sustentável de biodiversidade, e a utilização consuetudinária dos recursos biológicos, terão sido respeitados, de acordo com a legislação nacional e as obrigações internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da Convenção com a participação plena e efetiva de comunidades indígenas e locais em todos os níveis relevantes. (CDB, UNEP, 2019 p. 2)

O Brasil foi o primeiro país a assinar a Convenção de Diversidade Biológica que consagrou as áreas protegidas como um dos principais instrumentos para a conservação da biodiversidade (PRATES; IRWING, 2015). Em 2000, as Unidades de Conservação no Brasil como política de gestão ambiental passaram a integrar, de acordo com a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, um sistema nacional conhecido como SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), o qual as organizou em duas modalidades: as Unidades de Proteção Integral, que, de forma geral, são caracterizadas pela restrição ao uso dos recursos

naturais; e as Unidades de Uso Sustentável, que se definem pela integração das populações locais e comunidades tradicionais ao ecossistema em que estão inseridas.

Na Amazônia, a pluralidade cultural é representada por diferentes etnias indígenas, por seringueiros, ribeirinhos, pescadores, tiradores de caranguejo. Esses grupos ganharam força na resistência à apropriação indiscriminada dos recursos naturais, o que, segundo Becker (2005), corresponde a um ambientalismo que traduz um “novo significado geopolítico para a Amazônia em âmbito global como a grande fronteira do capital natural” (p. 72). Para Viola (1998), esse movimento ambientalista e seus atores e processos vão sendo disseminados pelas estruturas governamentais, pelas organizações não governamentais, pelas comunidades de base, comunidades científicas e empresariado.

Atualmente, existem 339 Unidades de Conservação na Amazônia distribuídas nas modalidades Proteção Integral (120) e Uso Sustentável (219), e o total desta área corresponde a 27% da região (ARAÚJO et al 2016). Essas unidades estão sob a gestão dos governos estaduais (193) e da União (146), conforme ISA (2019)². Todas se inserem no conceito de Áreas Protegidas, juntamente com a categoria de Território de Ocupação Tradicional (territórios indígenas e quilombolas.).

Para Porto Gonçalves (2015), a região é compreendida como reserva, seja em virtude dos seus recursos naturais (minérios, por exemplo), que servem para os projetos desenvolvimentistas, seja como “reserva natural necessária ao equilíbrio ecológico, valorizando os recursos hídrico e florestal importantes para garantir a biodiversidade e o equilíbrio climático, porém numa visão eurocêntrica”³.

A criação desses espaços é uma proposta de gestão do território e pode ser entendida como uma política ambiental que, de acordo com Becker; Sternner (2008), decorreu da pressão ambientalista internacional e nacional, opondo-se ao modelo de desenvolvimento a todo custo, predominante até a década de 1990.

² <https://uc.socioambiental.org/c%C3%B4mputos/amaz%C3%B4nia-legal/grupos-e-categorias>

³ Idem, pág.66

Dentre as várias tipologias de Unidades de Conservação (UC) contidas no SNUC, as Reservas Extrativistas se destacam, a priori, por se pautarem em demandas dos povos e comunidades tradicionais. Essas demandas têm alguns aspectos importantes: regularização fundiária, proteção do ecossistema, direito sobre o território da pesca e de outros recursos costeiros.

No Nordeste paraense, as Resex foram implantadas desde 2001, inspiradas pela primeira Resex Marinha criada em 1992, no litoral de Santa Catarina. O processo legal inclui o prévio levantamento técnico do funcionamento dos sistemas natural e social, assim como o componente cultural. Esse arcabouço documental é analisado institucionalmente, até a sua implementação por decreto federal.

O estudo antropológico feito pela SPU (Secretaria do Patrimônio da União) e o reconhecimento como comunidade tradicional garantido pelo CCDRU (Contrato de Concessão de Direito Real de Uso) concedem a essas populações o direito às terras, como é o caso da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta. As Resex têm a gestão do ICMbio (Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade) na forma de um Conselho Gestor.

Não há um consenso a respeito do papel dessas unidades como instrumento de gestão ambiental ou de regularização fundiária. Essas são questões que vêm sendo discutidas sobre os territórios tradicionais, principalmente em relação aos conflitos que envolvem as territorialidades de diferentes sujeitos, como afirmam Diegues; Viana (1995), Arruda (1999); Brito (2008), Pimentel; Ribeiro (2016).

2. Territorialidade e sustentabilidade sob a ótica das comunidades tradicionais

O *território* é um conceito essencial para tratar das questões ambientais atuais. Por isso, é oportuno apresentar a compreensão do conceito no campo da Geografia, o que

faremos com apoio sobretudo de três autores brasileiros: Rogério Haesbaert, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Marcelo Lopes de Souza. Apesar das diferenças de ênfase e estilo, e apesar de algumas divergências, as contribuições desses três autores são largamente complementares entre si.

Haesbaert (2004) apresenta o território como material e simbólico, sendo essas atribuições permeadas pela relação de poder, seja de dominação (material) seja de apropriação (simbólico). Recorrendo a Lefebvre, o autor explica que a apropriação está relacionada ao vivido ou ao valor de uso do território, ao passo que a dominação está relacionada ao seu valor de troca. Nesse sentido, o território é funcional porque é abrigo e também fonte de recursos variados.

Colaborando com o debate a partir de uma experiência de pesquisa empírica, reflexão teórica e assessoria para movimentos sociais que vem já dos anos 1980, Porto-Gonçalves (2012) sublinha que o território é o espaço apropriado por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele, sendo um conceito importante para discutir a atual dominação da natureza, numa perspectiva epistemológica e política. O autor mobiliza o conceito para repensar e questionar, no campo da Ecologia Política, a matriz de racionalidade eurocêntrica e valorizar a visão latino-americana, sobretudo porque a América Latina conta com “a maior reserva genética do mundo” (idem p. 26), potencial atualmente visto e cobiçado enquanto recurso. Nesse bojo estão relacionadas as florestas tropicais e equatoriais, assim como as áreas úmidas da zona costeira amazônica, incluindo os manguezais de São João da Ponta.

A discussão de Marcelo Lopes de Souza (ver p.ex. Souza, 2002 e 2013) sobre o conceito de território e sua relevância enfatiza, acima de tudo, a dimensão política, que é a principal marca distintiva do conceito. Para esse autor, o espaço geográfico, e mais especificamente o espaço social, possui diversas dimensões interconectadas e entrelaçadas – econômica, política, cultural/simbólica... – e diversos conceitos geográficos captam, de maneira especialmente densa, sobretudo uma dessas dimensões. No caso da cultura, do simbolismo, o conceito de *lugar* é essencial, por nos remeter aos espaços vividos e seus

conteúdos afetivos, intersubjetividades e identidades espaciais. No caso da dimensão política, isto é, das relações de poder, o território é o conceito decisivo (o que não significa que os aspectos econômico/material e cultural/simbólico sejam negligenciáveis, porque, conforme ressalta o autor, muitas vezes são questões de ordem econômica ou cultural que fazem com que um território seja cobiçado ou encarniçadamente defendido). Como diz o próprio autor, em primeira aproximação, o território constitui um “espaço delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2002, p.78), ou mesmo, em uma segunda aproximação, um “campo de força” (p. 89) que se projeta sobre a base material. À luz desse instrumental teórico, concebem-se os recursos ambientais da zona costeira, recorte do presente estudo, como a base material em disputa, em meio às relações de poder exercidas pelos vários sujeitos envolvidos.

Enquanto a territorialização e a desterritorialização são processos relacionados às relações de poder e sua projeção no espaço, a *territorialidade* guarda relação, como explicado por Haesbaert (2004), com a forma como as pessoas organizam e representam os lugares, conferindo significados às relações econômicas e culturais entre elas. Em Saquet (2009), a territorialidade aparece como as relações sociais simétricas ou dissimétricas que produzem historicamente cada território e, ainda, como “o que pode ser traduzido pelas diferenças, identidades e desigualdades, ou seja, pelas territorialidades cotidianas: todos os processos espaço-temporais e territoriais inerentes a nossa vida na sociedade e na natureza” (*idem* p. 85). Entretanto, Souza (2002) considera adequado, para evitar confusões, que entendamos a ideia de territorialidade, acima de tudo e em primeiro lugar, como os atributos e as particularidades dos territórios, que se manifestam sob a forma de diversos tipos de território e diferentes “lógicas” de produção de realidades territoriais. Ele observa que “a territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, (...) relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2002, p. 99). Territórios geridos mais ou menos autônoma e descentralizada-mente, ou mais ou menos heterônoma e centralizadamente, por exemplo, corresponde-

riam a diferentes tipos de territorialidade, ou modos de exercer o poder e projetá-lo sobre o espaço material.

Obviamente a apresentação conceitual é breve e tem por intenção apenas demonstrar o substrato teórico que sustenta o estudo em escala local. Com base nas referências citadas, já se anuncia que as Reservas Extrativistas (Resex) são compreendidas como território, na dimensão da dominação e apropriação. No âmbito da dominação, tem-se o campo de força que envolve as comunidades extrativistas, as Instituições Governamentais Federais (Icmbio, Incra, Ibama), Estaduais (Emater, Sema), Municipais (Prefeitura e Secretarias) e Não (ou Neo⁴) Governamentais (Ongs), e ainda outros sujeitos locais que estão no entorno, como pecuaristas e agricultores. No campo da apropriação, prioriza-se a relação das comunidades locais com a materialidade, os rios, o manguezal e seus recursos, identificando representações, significados e identidades.

O interesse pela escala local levou à aproximação dos estudos sobre povos e comunidades tradicionais e sua participação na gestão das áreas protegidas. Mas por que são consideradas comunidades tradicionais? Arruda (1999) responde a esse questionamento ao discorrer sobre os povos que apresentam forma de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados, principalmente, para a subsistência. Comunidades cujo trabalho é, majoritariamente, realizado pelo conjunto da família e com instrumentos artesanalmente elaborados. Diegues (2000) acrescenta a relevância das práticas cognitivas e culturais para explicar um conjunto de técnicas no manejo dos recursos de que esses povos precisam para sua produção econômica.

Colaborando com a discussão, Argueta (2015) ressalta que, a partir dos anos 1980, ganham força os discursos dos afrodescendentes, o movimento de descolonização, de organização de mulheres, e da nova emergência dos movimentos de camponeses, de seringueiros, de castanheiros, de quilombolas, entre outros. Esses movimentos conquistam amparo jurídico, como a Constituição Brasileira de 1988, a Convenção 169 de 1989, ratifi-

⁴ Interessante a reflexão de Porto Gonçalves (2012) sobre as Ongs financiadas pelos Estados e cujo papel têm sido profissionalizar e despolitizar os grupos sociais. Isso justificaria o léxico “neo governamental”.

cada no Brasil em 2002⁵, e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída em 2007⁶ (CALEGARE et al., 2014).

No Brasil, a PNPCT considera as comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Em muitos casos, os seus territórios coincidem com áreas de grande biodiversidade. Essa constatação, discutida por Porto Gonçalves (2001), alerta para o conflito protagonizado por diferentes sujeitos que conformam a paisagem amazônica, imprimindo padrões de organização do espaço desiguais e desfavoráveis às populações tradicionais. Escobar (1999) evidencia o território como espaço fundamental e multidimensional para que as comunidades criem e recriem suas práticas ecológicas, econômicas e culturais. E, se o território é visto como a articulação entre os padrões de assentamento que ocorrem em função do uso dos recursos e práticas simbólicas, essa organização espacial reflete na construção de paisagens, reforçando o conceito de paisagem territorializada.

No caso dos pescadores da Resex, essa paisagem está relacionada à prática do extrativismo de vários recursos do mar e do manguezal, que ainda é a base da economia local. Os trajetos que seguiam pelos rios, furos e pela extensa Baía do Marajó são lembrados pela narrativa de uma pescadora da comunidade no trecho que segue:

“Aí a gente pegava os caranguejos e metia nas peras, não era em sacas como agora. Colocava nas peras⁷ e iam embora à canoa pra Belém. Aí passavam defronte com São Caetano e iam embora pra Belém vender caranguejo. Passavam oito dias pra lá, pra chegar e para vender. Depois voltaram pra cá.”

Maria Bárbara Chagas Soares, pescadora de São João da Ponta, 2012.

⁵ Decreto Legislativo nº 143, de 20/6/2002.

⁶ Decreto Presidencial nº 6.040, de 07/02/2007.

⁷ Peras: cesto feito de fibras para acomodar o caranguejo.

Martínez-Alier (2012) relata semelhante relação entre comunidades costeiras com os manguezais do mundo tropical na América, na África e na Ásia e os conflitos com outras atividades econômicas que impactam as áreas de mangue e o modo de vida dessas comunidades. Assim como estas, as comunidades de São João da Ponta vêm sendo ameaçadas pela redução dos seus territórios de pesca. Há elementos no relato da pescadora que indicam as mudanças, incluindo sua territorialidade, hoje hegemônica pelo capital.

As Reservas Extrativistas Marinhas são novos territórios e envolvem as multiterritorialidades dos povos da zona costeira. Para os extrativistas do mar e dos estuários, a singular relação com a dinâmica da maré, considerada o marcador temporal de todas as atividades da vida, constrói um novo termo, o maretório. A sua concepção é decorrente da necessidade de buscar uma identidade construída com base no que Toledo; Alarcon-Chaires (2012) chamaram de Cosmos (crenças), Corpus (conhecimento), Práxis (prática). O sentido do maretório é o da apropriação construída mediante práticas culturais, ecológicas, econômicas, rituais (Foto 1), por isso, não tem fronteiras fixas, já que é um conceito que representa a mobilidade de uma coletividade pela zona costeira. Pode-se também compreender que há uma expressão de poder como dominação, quer seja na demarcação dos espaços de extração de caranguejo dentro do manguezal, quer seja na reivindicação de políticas públicas específicas para esse grupo nos dos fóruns nacionais e internacionais. Certamente, há ainda que se refletir sobre o conceito.

Foto 1 - Festa de São Pedro em São João da Ponta - Pará. As embarcações aguardam a subida da maré para saírem em procissão pelo rio Mocajuba.



Fonte: GEPPAM, 2014.

Para os povos e comunidades tradicionais, a sustentabilidade está incorporada no sistema de crenças, saberes e práticas, portanto implícita no conhecimento tradicional. Emperaire (2000), por exemplo, apresenta estudo sobre a mandioca na Amazônia brasileira e mostra que a questão da conservação da espécie não se limita ao recurso genético vegetal, mas assume o valor de patrimônio cultural associado. A autora chega a esse entendimento ao comparar as formas de reconhecimento, a dominação e a circulação das variedades da espécie em vários lugares da região. E nos estudos de Wali et al. (2017) as comunidades da Amazônia peruana mapeadas apresentaram vínculos entre o manejo dos recursos naturais, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. Os autores defendem que existem evidências de que o conhecimento local sobre a diversidade florestal garante o suporte para a manutenção dessas áreas protegidas.

Pesquisadoras como Furtado (1981) e Maneschy (1996) trouxeram para a academia os saberes das comunidades costeiras do Pará. Em seus estudos demonstraram que na Amazônia paraense é cada vez mais evidente a preocupação com as transformações das paisagens e dos territórios, estejam elas relacionadas à dinâmica natural ou à pressão das atividades humanas sobre os recursos naturais costeiros.

O conhecimento tradicional é baseado na experiência e tem sido repassado para as gerações futuras. A importância desses saberes tem sido incorporada nos atuais estudos em relação às mudanças climáticas. A compreensão sobre os sistemas naturais e suas funções auxiliam no aumento de sua resiliência diante dos desastres naturais (DELGADO-SERRANO et al., 2017), podendo ser considerada na tomada de decisão quanto ao enfrentamento desses fenômenos. Por isso, Berkes et al. (1995) e Toledo; Arlacon-Cháires (2012) ressaltam que existem similaridades entre o conhecimento científico e o sistema de saberes tradicionais.

3. As Reservas Extrativistas Marinhas e a importância da gestão participativa

As Reservas Extrativistas (Resex) se constituem em um modelo de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, como já foi dito. Esse modelo foi instituído na década de 1980 no Brasil, no contexto das discussões quanto às comunidades tradicionais, à questão da disputa pelo território e à conservação dos recursos naturais relacionados aos seringais, no Estado do Acre (ALEGRETTI, 2008). É importante demarcar o momento do ativismo ambiental - e político - de Chico Mendes, que abriu caminho para a primeira Reserva Extrativista, em Xapuri (AC), em 1990.

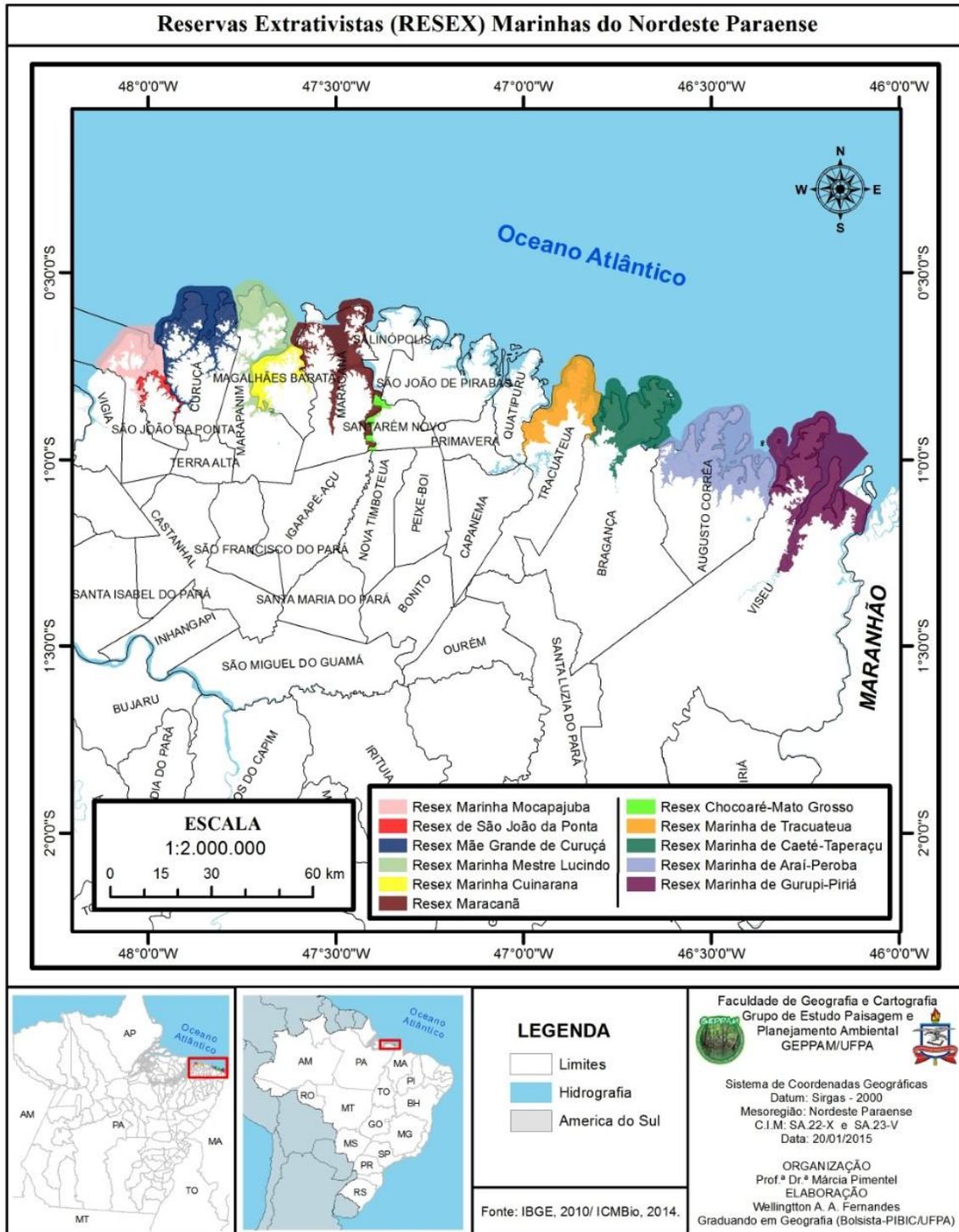
O fortalecimento dessas propostas resultou na definição de Resex como uma categoria do tipo Uso Sustentável, cujo objetivo é proteger os meios de vida e a cultura de suas populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos na-

turais da unidade (BRASIL, 2000). Destaca-se que essas comunidades construíram um conhecimento sobre a dinâmica da paisagem aliando suas práticas extrativistas à preservação da diversidade biológica, garantindo sua reprodução social e cultural.

Estas Unidades de Conservação foram implantadas na perspectiva de atenuar impactos ambientais por uso predatório dos recursos provenientes do conjunto ecológico dos manguezais, medida coadunada à grande importância ecológica e social de sua magnitude, tendo em vista ainda estabelecer gestão integrada e participativa entre as instituições governamentais e as populações extrativistas.

Na região Nordeste do Pará, existem atualmente 12 Reservas Extrativistas Marinhas, formando um corredor ecológico de manguezais, conforme apresenta o Mapa 1.

Mapa 1 - Localização das Reservas Extrativistas no Nordeste do Estado do Pará⁸



Fonte: Fernandes, 2019.

⁸ Estão representadas apenas as 11 Resex do Nordeste Paraense. A Resex de Soure, localizada na Ilha do Marajó, não está representada neste mapa.

No contexto internacional de conservação da biodiversidade, a proteção do ecossistema manguezal é justificada pelos importantes serviços ambientais fundamentais na preservação da vida marinha e estuarina da zona costeira, na proteção da linha de costa, no sequestro de carbono e sua relação com as mudanças climáticas. Isaac (2006) enfatiza que a dinâmica natural da região, caracterizada pela decomposição das florestas de mangue, variação da inundação nas áreas de planície e pela sedimentação de material transportado pelos rios, fornece as condições para a produtividade e exploração dos recursos pesqueiros.

Os recursos naturais e as comunidades tradicionais da zona costeira do Pará têm sido impactados desde o século XX (SANTANA, 2013). Os fatores promotores desses impactos são classificados como fatores externos e internos à unidade.

Como fatores externos, de maneira geral, há a ampliação da malha rodoviária. Em alguns trechos, as estradas cortaram extensas áreas de manguezais para interligarem a zona urbana à praia, intensificando o turismo nesses locais. A infraestrutura de rodovias gerou a especulação imobiliária e a ocupação da orla com segunda residência. A atividade de exploração de areia e seixos implica remoção de cobertura vegetal e assoreamento de canais fluviais que contribuem para o ecossistema de constituição flúvio-marinha. As atividades agropecuárias que estão no entorno das Resex poluem as águas, desmatam as nascentes, compactam o solo com as atividades monocultoras.

Do outro lado, os fatores internos estão relacionados à pesca predatória (realizada por pescadores resistentes às novas regras da UC), à pouca participação dos representantes do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista e à disputa de poder entre os representantes da Associação dos Usuários.

Não se compreendem essas questões sem discutir o papel do Estado nas diferentes esferas do poder. O mesmo Estado que é responsável pela conservação e gestão pode reduzir o tamanho dessas áreas, cedendo à pressão de grandes projetos. Na área de estudo, o conflito mais comum entre essas esferas é a ingerência do poder municipal na implantação de infraestrutura na zona de amortecimento da Resex, que é gerida pela

União. A Tabela 1 mostra o espaço ocupado pela Reserva Extrativista em doze municípios da zona costeira do Pará.

Tabela 1 – Relação entre o território municipal e a Reserva Extrativista, na zona costeira do Estado do Pará.

Município	Área total (km²)	Área da Resex (km²)	%
Augusto Corrêa	1.091,540	115,5	11%
Bragança	2.901,930	424,9	15%
Curuçá	672,670	366,78	55%
Magalhães Barata	325,265	110,36	33%
Maracanã	855,664	301,79	35%
Marapanim	795,967	264,64	33%
Santarém Novo	229,510	27,83	12%
São Caetano Odivelas	743,466	210,27	28%
São João da Ponta	195,918	34,09	17%
Viseu	4.915,873	740,81	15%
Tracuateua	934,272	278,64	30%
Soure	3.517,318	274,64	8%
Total	13.662,075	3150,25	23%

Fonte: ICMbio, 2017. Elaboração: Autora.

A tabela revela que, em 50% dos municípios relacionados, mais de 30% do território pertencem à Resex Marinha. Sob o ponto de vista administrativo, essa sobreposição é conflituosa, como já apresentado, embora oportunize a implementação direta de políticas públicas federais nesse território. Muitas vezes, os projetos da União eximem os gestores municipais da responsabilidade naquilo que lhes compete, como abastecimento de água, incentivos à produção, políticas de melhorias das condições de habitação, promoção à educação ambiental.

Toda Unidade de Conservação tem um Conselho Gestor. No caso das Reservas Extrativistas, esse Conselho é Deliberativo e envolve a participação do representante do IcmBio, da Associação dos Usuários da Resex, dos representantes de instituições de pes-

quisa, associações dos produtores locais, igrejas, câmara municipal, entre outros atores locais. Esse é o modelo de gestão de base comunitária, considerada fundamental na consolidação da cogestão (VIVÁQUA, 2018).

O Conselho Gestor da Resex de São João da Ponta é composto por 21 instituições, representadas pelos blocos e classificadas pela frequência da participação de acordo com a consulta às Atas das reuniões de 2016 e 2017, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Composição do Conselho Gestor e frequência dos representantes nas reuniões na Resex de São João da Ponta.



No município de São João da Ponta, 17% do território pertencem à Reserva Extrativista. São 18 comunidades localizadas no entorno da Resex (Mapa 2), organizadas em 5

(cinco polos). Em cada uma delas, existe um comitê de apoio à gestão da unidade. Esses representantes têm assentos no Conselho Deliberativo, na função de conselheiros (titulares e suplentes) da base comunitária. Embora a comunidade tenha direito à representatividade, não é constante a participação dos conselheiros nas reuniões. Mas onde está a fragilidade? Há uma construção coletiva das comunidades na discussão das questões locais ou participam apenas por formalidade?

Essas perguntas estão no cerne de uma questão importante apresentada por Souza (2006). Embora o autor trate do contexto do planejamento urbano, há uma perspectiva próxima com o tema da Resex, por exemplo, quando defende que a gestão das cidades só adquire legitimidade quando é submetida ao controle e à deliberação da coletividade, podendo ser reconhecida como gestão democrática. No caso da Resex, a tutela do Estado, que é o gestor do território, cria uma relação hierárquica e de dependência. Seria necessário romper com essa relação à qual as comunidades estão submetidas, a fim de que adquiram autoestima e autonomia para gerir seu território com práticas socioculturais coerentes que garantam os direitos conquistados para as comunidades e povos tradicionais.

De fato, um elemento desmobilizador é considerado preponderante ao envolvimento dessas comunidades: o período de eleições municipais. De alguma forma, nos pequenos municípios, a disputa eleitoral está relacionada com a troca de favores à população, seja em obras realizadas, seja na promessa de emprego ou favores pessoais. A fragilidade na consciência sobre os seus direitos aprisiona⁹ as comunidades ou as torna reféns dessa situação.

A Resex é, na maior parte dos casos, um obstáculo aos projetos políticos municipais. Por isso, o envolvimento dos comunitários na política eleitoral provoca o enfraquecimento da participação democrática dos pescadores e, conseqüentemente, das lideran-

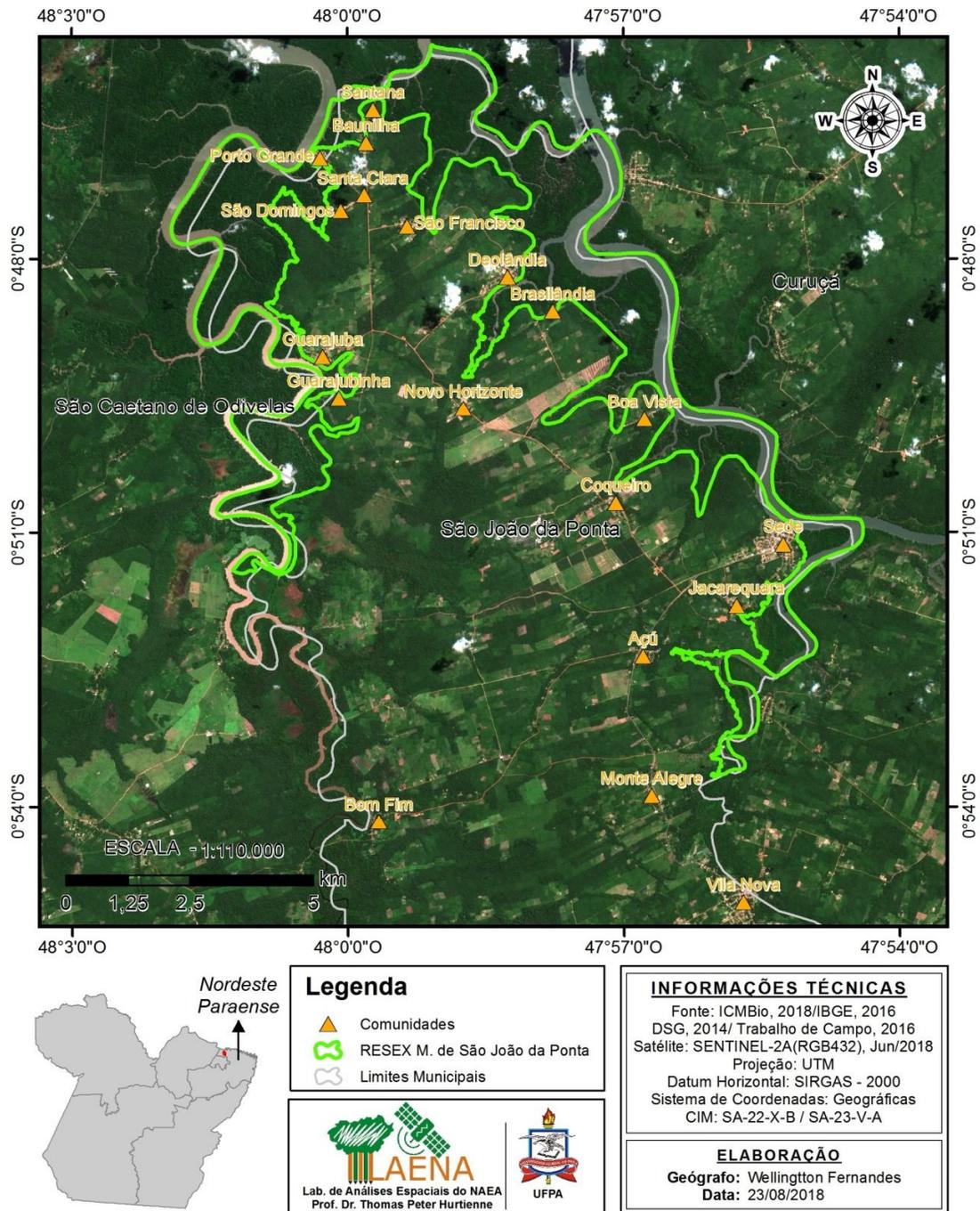
⁹ Para Souza (2006), a participação popular, quando consistente, pode contribuir para o rompimento da situação de tutela (ou prisão) em relação ao Estado e outras instituições. Ela pode estimular a prática política e fortalecer a consciência de direitos de cidadania, ainda que carregue limitações estruturais, próprias da luta institucional, em que os canais e as regras são instituídos ou sancionados pelo aparelho de Estado.

ças locais. Entretanto, quanto maior o envolvimento com a Resex, menor é a relação de dependência com as instituições municipais. O fortalecimento das Resex é importante para o empoderamento dos extrativistas na relação com o poder local.

Em outras palavras, a participação das comunidades na gestão tem que ser traduzida em movimento social para enfrentar a crise ecológica criada pelo capital (ESCOBAR, 2010) que, simultaneamente, destrói a vida, o corpo, a natureza e o espaço.

É fato que a questão da participação não pode ser compreendida como manobra, e sim como ativismo político. Por essa razão, tem sido objeto de estudo tanto dos órgãos ambientais, que precisam promovê-la em nome da gestão participativa sobre o uso dos recursos, quanto das instituições de pesquisa e organizações não governamentais, estas últimas vistas com cuidado. Têm-se observado diferentes iniciativas para agregar os interesses comuns sobre a pesquisa em comunidades locais. Os financiamentos de projetos de extensão pelos Editais da União, empresas nacionais ou instituições internacionais são alguns exemplos. Essas iniciativas, quando discutidas e aprovadas no âmbito do Conselho Gestor, promovem a aproximação dos comunitários em dois aspectos: criam condições infraestruturais, superando dificuldades elementares, e promovem o diálogo de saberes (LEFF, 2011), com fortalecimento de capacidades locais e “hibridização dos conhecimentos científico-tecnológicos e dos saberes práticos tradicionais” (idem p. 330).

Mapa 2 - Localização das comunidades tradicionais da Resex de São João da Ponta



A organização para participação dos comunitários é a essência desse modelo de gestão e tem se tornado o grande desafio desde a constituição dessas unidades. Por sua

vez, cada Resex tem sua representação na CAUREM (Central das Associações de Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense), em nível estadual, e na CONFREM (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros)¹⁰, em nível nacional. Esse sistema de mobilização envolve 22 Resex Costeiras e Marinhas e tem o objetivo de fortalecer os territórios extrativistas costeiros e marinhos por meio da articulação entre as comunidades. As discussões giram em torno de temas fundamentais, como concepções de identidade, territórios ameaçados, soberania alimentar e justiça ambiental.

O modelo depende do papel das lideranças locais e do trabalho de base que os gestores institucionais devem conduzir. A questão central é o reconhecimento das territorialidades para o fortalecimento do movimento social dos extrativistas, aproximando-os, dessa forma, de uma reorganização da sociedade. De acordo com Escobar (2014), o que está em jogo é a “resistência desses grupos diante da desterritorialização da globalização neoliberal, reinventando outras racionalidades territorializadas” (p. 93), pautadas nas autonomias locais e regionais.

Considerações finais

A pesquisa empírica na Reserva Extrativista de São João da Ponta pode ser analisada no contexto das questões ambientais globais, que se apresenta como conflito entre a territorialidade das comunidades locais (tradicionais ou não) e o processo de territorialização de instituições públicas e privadas sobre os recursos do território.

Ao eleger a comunidade local e sua organização como escala de análise, considerou-se seu papel no processo de resistência através de movimentos de emancipação

¹⁰ De acordo com os representantes do movimento dos extrativistas marinhos no Pará, o início da organização da CAUREM e CONFREM data de 2008 e 2009. Esses movimentos vêm, gradativamente, ganhando força nas discussões acerca das questões socioambientais.

(CAUREM, CONFREM) e de reinvenção de suas identidades (maretórios), como modos de pensar, produzir e de existir.

A forma de organização e a autonomia da gestão sobre os territórios tradicionais são vistas, atualmente, como movimentos que contribuem de forma avançada para o enfrentamento dos problemas ambientais globais. Essa estrutura questiona a eficácia das técnicas padronizadoras, com a intenção de valorizar o conhecimento sustentado pelo saber-fazer e pela cosmogonia desses povos e comunidades.

Os conflitos certamente continuarão a existir, uma vez que fazem parte da natureza das relações sociais, mas a resistência se inicia com a participação como construção coletiva dos grupos com vistas à conquista e à garantia de direitos em defesa dos seus territórios.

Referências

214

- ALLEGRETTI, Mary. A. construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.
- ARAÚJO Elias; BARRETO, Paula; BAIMA, Sara; GOMES, Mayara. **Quais os planos para proteger as Unidades de Conservação vulneráveis da Amazônia?** Belém: Imazon, 2016.
- ARGUETA, Arturo. Sistemas e saberes ambientais, natureza e construção do bem viver. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 35, p.147-159, dez., 2015.
- ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**. Ano II, n. 5, p.79-92, 1999.
- BECKER, Berta. Geopolítica da Amazônia **Estudos Avançados**, 19 (53), p. 71-86, 2005.
- BECKER, Berta; STENNER, Claudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BERKES, Fikret; FOLKES, Carl; GADGIL, Madhav. Traditional Ecological Knowledge, Biodiversity, Resilience and Sustainability. In: PERRINGS, C. A. (ed.). **Biodiversity Conservation**. Kluwe Academic Publishers: Netherlands. 1995, p. 281-299.

BRASIL. **Convenção sobre Diversidade Biológica** (CDB). Ministério do Meio Ambiente, Série Biodiversidade: Brasília, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 02/02/2019.

BRITO, Dagnete M. C. Conflitos em unidades de conservação. **Revista de Humanidades Do Curso de Ciências Sociais**, (1), 1–12, 2008.

CALEGARE, Marcelo G.; HIGUCHI, Marial. G.; BRUNO, Ana Carla S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 3, p. 115-134, 2014.

CDB, UNEP (Secretariat of the Convention on Biological Diversity). **Strategic Plan for Biodiversity 2011–2020 and the Aichi Targets**. COP10- Nagoya- Provincia de Aichi, Japão, 2010 <<http://www.cbd.int/doc/strategic-plan/2011-2020/Aichi-Targets-EN.pdf>>. Acessado em 19 de março de 2019.

DELGADO-SERRANO, Maria M.; MISTRY, Jayalaxshmi; MATZDORF, Bettina; LECLERC, Gregoire. Community-based management of environmental challenges in Latin America and the Caribbean. **Ecology and Society**, 22(1):4, p. 1-9, 2017. <<https://doi.org/10.5751/ES-08924-220104>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

DIEGUES, Antonio C.; VIANNA, Lucila. P. **Conflitos entre populações humanas e Unidades de conservação e Mata Atlântica**. Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 1995. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conflitook.pdf>> Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

DIEGUES, Antonio C. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: Nupaub/USP/MMA, 1999.

EMPERAIRE, Laure. La biodiversité agricole en Amazonie brésilienne: ressource et patrimoine. In: Journal d'agriculture traditionnelle et de botanique appliquée, 42^e année. p. 113-126, 2000.

ESCOBAR, Arturo. De quién es la naturaleza? La conservación de la biodiversidad y la ecología política de los movimientos sociales. In: ESCOBAR, A. **El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en las sociedades contemporáneas**. Bogotá. Laboratorio de Antropología. 1999, pp. 233-272.

-----: **Territorios de diferencia**: Lugar, movimientos, vida, redes. Departamento de Antropología Universidad de Carolina del Norte, Chapel Hill, Enviñon editores, 2010.

-----: **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FERNANDES, Wellington A. A. **Dinâmica da paisagem no entorno da Resex marinha de São João da Ponta - PA**: monitoramento orbital de zonas de amortecimento em unidades de conservação. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação de Geografia, Universidade Federal do Pará, campus Belém, 2019.

FURTADO, Lourdes. G. Pesca artesanal: Um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia, p.79-50, 1981.

216

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **Periódicos Científicos**. UFRGS, Porto Alegre, v. 12, n.4, p. 1-20, 2004.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Unidades de Conservação no Brasil**. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/c%C3%B4mputos/amaz%C3%B4nia-legal/grupos-e-categorias>>. Acesso em 19 de março de 2019.

ISAAC, Vitória. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: Um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 33-36, 2006.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 14(2): 309-335, 2011.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores nos Manguezais: Estratégias, Técnicas e Relações Sociais de produção na captura do Caranguejo. In: **Povos das Águas, Realidades e Perspectivas na Amazônia**. FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza de (Orgs.). Belém: MCT/CNPq/MPEG, (Coleção Eduardo Galvão). p. 19-62. 1993.

- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2 ed. São Paulo, Ed. Contexto, 2012. 380p.
- PIMENTEL, Marcia A. S.; Ribeiro, Wagner C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, v.20, p.224 - 237, 2016.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo, Ed. Contexto, 2001.
- : A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da Natureza e Reinvenção dos territórios. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, 2012.
- : Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 107, 63-90, 2015.
- PRATES, Ana Paula L.; IRVING, Marta de A. Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 27-57, 2015.
- SANTANA, Graça. Formas Organizativas e estratégias de vida no litoral paraense. In: PROST M. T.; MENDES A. C. (Orgs). **Ecosistemas Costeiros**: impactos e gestão ambiental. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; 2013, p.175-180.
- SANTILLI, Juliana. Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados: o Novo Regime Jurídico de Proteção. **R. Minist. Públ. Dist. Fed. Territ.**, Brasília, n. 9, p. 21-73, 2015.
- SAQUET, Marco Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p.73-94.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORREA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002, p. 77-116.
- : **A prisão e a Ágora**: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006, 632 p.
- : **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.317p.

TOLEDO, Victor M.; ALARCON-CHAIRES, Pablo. La Etnoecología Hoy: panorama, avances, desafíos. **Etnoecológica** (9): p. 1-16, 2012.

VIOLA, Eduardo. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. Paper preparado para apresentar no "XXI International Congress of the Latin American Studies Association", Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon; The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, USA, 1998.

VIVÁQUA, Melissa. Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras: Reflexões sobre o estágio pré-implementação. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. v. 21, p. 2-20, 2018.

WALI, Alaka; ALVIRA, Diana; TALLMAN, Paula S.; RAVIKUMAR, Ashwin; MACEDO, Miguel. A new approach to conservation: using community empowerment for sustainable well-being. **Ecology and Society**, 22(4):6, p.1-13, 2017. <<https://doi.org/10.5751/ES-09598-220406>>. Acesso em 9 de março de 2019.

Márcia Aparecida da Silva Pimentel é Doutora em Geografia pela USP e Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). **E-mail:** marciasilvapimentel@hotmail.com

Artigo enviado em 01/04/2019 e aprovado em 10/06/2019.